

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-098

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	Desenvolvimento Local de Base Comunitária 2ª fase – Seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL)

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
502605367	TERRAS DENTRO, ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
Morada (Sede Social)	
RUA DO ROSSIO DO PINHEIRO	
Código Postal	Localidade
7090-049	ALCÁÇOVAS
NUT III	NUT II
Alentejo Central	Alentejo
Telefone	E-mail
266948070	terrasdentro@terrasdentro.pt
Telefax	

266948071

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.terrasdentro.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Joaquim Amado

Telefone Responsável

266948070

Cargo Responsável

Coordenador

Telemóvel Responsável

965059846

Serviço/Departamento

Desenvolvimento Rural

Email Responsável

proder@terrasdentro.pt

Email Alternativo

amado@terrasdentro.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A Entidade Gestora(EG) Terras Dentro(TD) é uma Associação de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, de Utilidade Pública desde 1997, Organização Não Governamental Para o Desenvolvimento desde 1999, Entidade Equiparada a Organização Não Governamental de Ambiente desde 2004, Entidade Formadora desde 1998 e IPSS desde 2009.

A experiência da TD é vasta na gestão de fundos e instrumentos de política de desenv. Local, nomeadamente nas suas áreas prioritárias de intervenção: desenvolvimento rural; ambiente; educação e formação; intervenção social e cooperação para o desenvolvimento.

Tem desenvolvido Projetos no âmbito de diversos Programas nacionais e comunitários, nomeadamente: Iniciativa Comunitária NOW; INTEGRAR; Iniciativa Comunitária Leader I, II e +, PO Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS); LIFE-Ambiente; Prog. Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP); Prog. Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego no Alentejo (PIPPLEA); PO Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO); Prog. Luta Contra a Pobreza; PO Região Alentejo; ICEQUAL; Prog. Sócrates/Grundtvig; Progr. Juventude em Ação; Prog. Desenvolvimento Rural/Sub-Programa 3- Desenvolvimento das Zonas Rurais (PRODER); PO Potencial Humano (POPH); IN Alentejo; Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS e CLDS+); Prog. Escolhas; entre outros.

Foram geridos mais de 43 milhões de euros executados em benefício direto do território e das suas organizações e populações. Principais resultados: Ini. Com. Leader-investimento 27.977.455,56€, mais de 280 postos de trabalho criados. Outros programas-1 Unidade de Inserção na Vida Ativa; 1 Centro Novas Oportunidades; 450 ações de formação com certificação escolar e profissional/formação de adultos(EFA), formação modular certificada, formação para a inclusão, entre outras, envolvendo 6200 formandos; mais de 15 publicações; 1 manual de intercultura; 1 Maleta Ambiental; 1 Kit Pedagógico para a Intercultura; 1 Kit de Jogos Tradicionais e 1 Kit para Igualdade de Género.

Da experiência dos parceiros na gestão em causa destacamos o facto de muitos deles (públicos/privados e vários setores de atividade) terem sido envolvidos diretamente nos projetos e atividades referidos, pelo que foram eles próprios intervenientes e acumularam experiência na gestão mais ou menos direta deste tipo de atuação. Muitos foram gestores e/ou executores dos seus próprios projetos pelo que a sua experiência na área do que hoje se designa de DLBC é bastante relevante.

Recentemente a TD organizou-se para a gestão de programas (2007/2013) como segue:

-SP3 do Proder: Assembleia de Parceiros informal (TD presidia) -o GAL TD 2007/2013 de 43 membros (28 privados e 15 públicos); Órgão de Gestão (OG) com 7 membros (6 privados e 1 público/TD presidia).

Estrutura Técnica Local (ETL) responsável perante o OG, com 5 técnicos (1 coordenador, 3 técnicos analistas, 1 técnica financeira) e 1 administrativo, assegurando-se sempre a segregação de funções na análise e acompanhamento da execução dos Pedidos de Apoio (PA) apresentados pelos vários promotores.

A ETL reportava a execução da ELD 2007/2013 ao OG e ao GAL periodicamente; Reuniões anuais do GAL e várias do OG para decisão sobre PA e outros assuntos; Existência de Manual de Procedimentos para gestão de PA e de Regulamentos Internos da Assembleia de Parceiros e do OG; Promoção e dinamização de um Plano de Aquisição de Competências e de Animação para o território, seus agentes e população, bem como para os parceiros;

Execução de Projetos de Cooperação Transnacional e Interterritorial com forte envolvimento dos parceiros ligados à temática em causa (ex: gastronomia, agricultura, turismo, produtos locais).

Os resultados alcançados foram os seguintes:

Na co-gestão do SP3 do Proder 2007/2013:

Execução da ELD: nº de projetos apoiados-64 ;despesa pública executada-5.021.801,00€(92% sobre valor programado); investimento total executado-8.219.361,00€; postos de trabalho criados-107; projetos de cooperação executados-6; valor do investimento na cooperação executado-259.976,00€ (91% sobre o programado); valor da animação e qualificação executada-546.819,00 (100% sobre o programado).

Resultados de outros programas em 2014/2015: um volume de formação de 92.373h, para 2.239 formandos (formação para a inclusão, formação modular certificada, formação medida Vida Ativa). Projetos não formativos abrangendo 6.890 destinatários diretos (CLDS, Escolhas, Youth in Action, Projetos Ambientais, PACA, inclusão social, entre outros). Realizados 12 eventos (colóquios, oficinas, seminários) para um total de 1.560 participantes, em 2015 editadas 6 publicações (livros e estudos) na área da agricultura, inovação e tecnologia e promoção territorial.

A TD assumiu uma gestão baseada na sua liderança enquanto entidade coordenadora, com parcerias adaptadas e de acordo com as exigências dos respetivos programas, em função das áreas e territórios de abrangência.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
503080322	ANSUB - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO VALE DO SADO	14/04/1983	01/07/1994	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500032335	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (AIP-CCI)	28/01/1837	01/01/1900	94110	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
509833195	CENTRO DE BIOTECNOLOGIA AGRÍCOLA E AGRO-ALIMENTAR DO ALENTEJO - CEBAL	29/08/2006	08/09/2006	72110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504508199	CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO AQUILES ESTAÇO, UNIPESSOAL, LDA	27/08/1999	27/08/1999	85320	Bancos e Outras Instituições Financeiras (com fins lucrativos)
508581303	CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA	20/05/2008	15/09/2008	85591	Autarquias Locais
500594163	CERCIMOR - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE MONTEMOR-O-NOVO CRL	04/08/1976	04/08/1976	88102	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502866896	EAPN - REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO	17/12/1991	17/12/1991	94995	ONG - Organização Não Governamenta I
509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	03/08/2009	03/08/2009	84113	Associação de Municípios (RA)
503450189	EDIA - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DO ALQUEVA S.A.	16/03/1995	16/03/1995	42910	Sociedades Comerciais
506879003	FREGUESIA DE ALCÁÇOVAS	18/10/2013	18/10/2013	84113	Autarquias Locais

506928373	FREGUESIA DE ALVITO	04/10/2013	04/10/2013	84113	Autarquias Locais
506913538	FREGUESIA DE VILA DE FRADES	04/01/1976	04/01/1976	84113	Autarquias Locais
506912710	FREGUESIA DE VILA NOVA DA BARONIA	01/01/1960	01/01/1960	84113	Autarquias Locais
501214925	FREGUESIA DE VILA RUIVA	05/02/1975	05/02/1975	84113	Autarquias Locais
500730733	FUNDAÇÃO EUGENIO DE ALMEIDA	09/09/1963	31/12/1985	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
680038671	INSTITUTO POLITECNICO DE BEJA	26/12/1979	26/12/1979	85420	Instituto Público (RA)
501288120	MUNICIPIO DE ALVITO	13/01/1898	26/03/2004	84113	Autarquias Locais
506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506151174	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO	30/01/2015	31/01/2015	84113	Autarquias Locais
501143734	MUNICIPIO DE VIDIGUEIRA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
502280301	NERBE/AEBAL - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO BAIXO ALENTEJO E LITORAL	08/05/1989	18/01/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502280298	"NERE - NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE ÉVORA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL"	09/05/1989	12/01/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504590006	NOVALVITO - ENSINO PROFISSIONAL, COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	09/07/1999	09/07/1999	85320	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
502605367	TERRAS DENTRO, ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	19/04/1991	24/04/1991	94110	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
508817897	TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	15/09/2008	28/11/2008	84123	Associações Públicas

501201920	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	11/08/1973	11/08/1973	85420	Estabelecimen to de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário - Unidade de I&D
509761534	CIMBAL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO ALENTEJO	01/10/2009	24/02/2011	84113	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
513015337	MONTEMORMEL - ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO	12/07/1999	12/07/1999	01491	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
500008191	ADEGA COOPERATIVA DE VIDIGUEIRA, CUBA E ALVITO, CRL	12/08/1960	12/08/1960	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
504207482	A Ciranda, Associação de Artesãos e Artistas Plásticos Regiões Montemor o Novo	05/02/1997	05/02/1997	94995	Associação
508060346	Rede de Turismo de Aldeia do alentejo	28/05/2007	19/10/2007	19	Associação
504993640	"Os Amigos das Alcáçovas, Associação de Defesa do Património	30/06/2000	30/06/2000	94995	Associação
504283820	Ada, Associação de ,Acção Social e Defesa do Ambiente	10/05/1989	10/05/1989	88990	IPSS
504343084	Vitífrades Associação de Desenvolvimento Local	13/02/2015	13/02/2015	151	Associação privada
501523227	ACOS-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SUL	27/09/1983	23/06/1992	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503214124	Confraria Gastronómica do Alentejo	13/02/2015	13/02/2015	94995	Associação Privada
501057331	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL	11/07/1997	11/07/1997	64190	Cooperativa
506196445	MUNICIPIO DE PORTEL	01/01/2002	01/01/2002	84113	Autarquias Locais
506740862	Freguesia de São Cristovão	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
600081869	Agrupamento de Escolas do Concelho de Viana do Alentejo	13/02/2015	13/02/2015	85310	Administração Pública

502849100	LIGA DOS PEQUENOS E MEDIOS AGRICULTORES DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO	27/07/1978	30/09/1994	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
500832935	Município de Cuba	23/11/1782	13/02/2015	84113	Autarquias Locais
500960330	Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas	10/09/1951	01/02/1981	87301	IPSS
501067183	Santa Casa da Misericórdia de Cuba	13/02/2015	13/02/2015	87301	IPSS
501546030	Santa Casa da Misericórdia de Vila Alva	13/07/1912	30/05/1982	87301	IPSS
501210636	Freguesia de Santiago do Escoural	13/02/2015	13/02/2015	84113	Autarquias
504236091	ADRAL - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO S.A.	29/09/1998	29/09/1998	94110	Sociedades Comerciais
500981507	AJASUL-ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DO SUL	21/01/1980	17/05/1993	94110	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503166936	AMCAL - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL	31/10/1991	31/10/1991	84123	Associações de autarquias locais - Associação de freguesias e de municípios de fins específicos
502695749	ANCPA-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CRIADORES DO PORCO ALENTEJANO	07/06/1991	07/06/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510839690	União de Freguesias de S. Bartolomeu do Outeiro e Oriola	14/10/2013	14/10/2013	84113	Autarquias Locais

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Alentejo Central

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Alentejo	Alentejo Central	Viana do Alentejo		16,68%
Alentejo	Alentejo Central	Portel		33,36%
Alentejo	Baixo Alentejo	Alvito		11,12%
Alentejo	Baixo Alentejo	Cuba		22,16%
Alentejo	Baixo Alentejo	Vidigueira	Vila de Frades	5,56%
Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	Santiago do Escoural	5,56%
Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	São Cristóvão	5,56%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

A SWOT foi construída por Áreas de Intervenção a partir de uma ampla discussão com os parceiros do território que incorporam o GAL e outras para além do GAL. Em termos de sistematização adotou-se a seguinte nomenclatura: W- ponto fraco; S – ponto forte; T – ameaças; O – oportunidades. AI1 TURISMO: W1. Fraca articulação intermunicipal e entre os agentes turísticos para a promoção dos produtos; W2. Insuficiente domínio de línguas; W3. Fraca valorização de elementos diferenciadores no território de intervenção, capazes de captar a atenção do turista/visitante; W4. Fraca sensibilidade dos agentes do sector para a necessidade de formação; W5. Pouca restauração de qualidade; W6. Pouca oferta na área da animação turística; S1. Diversidade e qualidade ambiental e valia patrimonial; S2. Existência da Turismo Alentejo, ERT, reconhecida por todos os agentes; S3. Boas acessibilidades e tb existência de turismo acessível; S4. Proximidade centros conhecimento (escolas Profissionais, EPRAL, Universidade Évora, IP Beja); S5. Número de certames (feiras); T1. Empreendimentos e atividades turísticas não articuladas e ou inadequadas à procura; T2. Constrangimentos na organização da oferta (rotas, articulação da oferta com os eventos e com funcionamento dos equipamentos turísticos) e da sinalética turística; T3. Degradação do património natural, fruto da desertificação e dos efeitos das alterações climáticas; T4. Concorrência de outros territórios com melhor organização do setor turístico; T5. Excessivas expetativas quanto aos efeitos do turismo; O1. Fundos financeiros do Novo Quadro de Apoio; O2. Estratégia de promoção turística do território - Turismo do Alentejo, ERT; O3. Marca Alentejo e a atração do Alentejo; O4. Boas acessibilidades e proximidade com os centros urbanos de Lisboa, Évora, Beja e Espanha; O5. Projeto "Alentejo For ALL"; AI2 EMPREENDEDORISMO/DINAMIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA: W1. Baixas qualificações da população ativa; W2. Fraca articulação entre os serviços de suporte ao desenvolvimento do tecido económico e potenciais investidores; W3. Fraca cultura empreendedora; W4. Regressão demografia; W5. Fraca densidade empresarial, e de cooperação; S1. Existência de produtos de reconhecida qualidade no âmbito da fileira agro-alimentar; S2. Existência de apoios das entidades (Municípios, ADRAL, Núcleos Empresariais, IAPMEI); S3. Qualidade de vida do meio rural, fator para atrair população; S4. Existência de eventos de promoção e divulgação; T1. Dificuldades na adaptação do tecido empresarial e burocracia; T2. Fraca capacidade para atrair novos invest.; T3. Dificuldade de fixação/ RH qualificados; T4. Concorrência transfronteiriça ao nível das regras de controlo da atividade económica; O1. Fundos novo Quadro de Apoio; O2. Boas condições para a economia verde; O3. EFMA; O4. A proximidade e melhores acessos aos centros urbanos- captação empresas por custos; O5. O Aeroporto de Beja e o porto de Sines; AI3 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL W1. Estrutura empresarial de baixo valor acrescentado; W2. Fracas qualificações da população ativa e falta de oferta de serviços de extensão rural; W3. Descapitalização das empresas; W4. Fraca predisposição dos agricultores para concentrar oferta; W5. Reduzida articulação entre centros conhecimento e empresas; W6. Agravamento da desertificação do território; W7. Falta de uma estrutura intermédia de apoio à

comercialização e gestão da produção;S1. Enraizamento da agricultura na região, responsável pelo reconhecimento da qualidade dos produtos da marca “Alentejo” certificados e de origem protegida (vinhos, cortiça, azeite, mel, doçaria tradicional, entre outros);S2. Estruturas de apoio à atividade económica e associações de agricultores; S3. Conhecimentos e competências ancestrais na área agrícola; S4. Revalorização da região e da atividade agrícola por via do turismo;T1. Dificuldades de adaptação dos empresários a novas práticas de produção/comercialização; T2. Desvalorização social de algumas atividades agrícolas tradicionais;T3. O despovoamento das áreas rurais;T4. Algumas produções riscos por concorrência internacional, com produtos concorrentes ou substitutos: vinhos, cortiça, azeite;T5. Fraca articulação sistema científ. e tecnol. / tecido produtivo;O1. Fundos financeiros do Novo Quadro de Apoio; O2. EFMA;O3. A atratividade do setor agrícola;O4. Proximidade com UE, IP Beja;O5. SRTT;O6. Fatores edafoclimáticos. AI4 FORMAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO/ DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS:W1. Dificuldades na articulação das estruturas de formação entre si e, entre estas e outras entidades públicas e privadas;W2. Reduzida qualificação da população ativa e práticas e programas formativas pouco adequadas;W3. Dificuldade de inserção no mercado de trabalho das pessoas com qualificação;W4. Incapacidade de fixação de população qualificada;S1. Larga experiência da Terras Dentro, S2. Polos de Formação e Qualificação - escolas profi., politécnicos, UE. S3. Existência de oferta formativa diversificada;S4. Relação de proximidade com o IEFP e com a ISS;T1. Desvalorização da qualificação profissional;T2. Reduzida apetência para a contratação RH qualificados;T3. Não concretização de um plano de formação/qualificação para o território;T4. Saídas precoces e não recuperação de alunos que abandonaram o sistema de ensino/formação;T5. Carga burocrática da formação;T6. Falta de orientação vocacional;O1. Existência de Fontes de financiamento disponíveis;O2. Plano de Formação de Base Territorial;O3. Diversificação de ofertas educativas e formativas mais ajustadas ao público alvo;O4. Proximidade com pólos de formação (politécnicos, Universidade de Évora);AI5 ECONOMIA SOCIAL:W1. Fraca cooperação entre as várias instituições;W2. Espírito pouco empreendedor da população;W3. Dificuldades de integração social das pessoas com necessidades especiais/deficiência;W4. Inexistência de um programa completo de incentivo ao empreendedorismo;W5. Isolamento da população em meios rurais; W6. Crescente abandono escolar precoce;W7. Desigualdade dos cidadãos no acesso ao conhecimento para qualificações superiores;W8. Estratégias inadequadas de dinamização de atividades que visem a inserção de minorias étnicas (ciganos) e imigrantes;S1. Existência de IPSS, associações humanitárias e redes sociais em todos os concelhos;S2. Existência de associações especializadas com formação na economia social;S3. Trabalho em parceria de nível formal e informal;S4. Boa cobertura de equipamentos sociais;S5. Voluntariado;T1. Aumento de famílias carenciadas;T2. Falta de capacidade das entidades para dar resposta a todas as solicitações;T3. Falta de equipamentos e estruturas de dinamização de atividades para jovens;T4. Aumento da população idosa;T5. Dificuldades financeiras das instituições;T6. Desajuste entre a procura e a oferta de respostas sociais para públicos desfavorecidos;T7. Falta de motivação/sensibilização de entidades para a participação na inclusão social;T8. Inadequação de algumas políticas sociais ao nível da sua intervenção;O1. Instrumentos financeiros disponíveis;O2. Constitui prioridade a promoção do empreendedorismo social;O3. Dinamização de atividades e de emprego pelas organizações da economia social;O4. Existência de procura de atividades de apoio à população idosa;O5. Medidas de Apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade, inclusão social e luta contra a pobreza. AI6 CULTURA, DESPORTO E RECREIO:W1. Dificuldade na manutenção e dinamização dos equipamentos existentes;W2. Cooperação entre os municípios e as organizações;W3. Cooperação dos agentes culturais;W4. Fraca abordagem à diversidade cultural e desportiva em meio escolar;S1. Rede de equipamentos culturais e desportivos;S2. Identidade cultural;S3. Clima, diversidade e qualidade ambiental e a valia patrimonial;S4. Número de locais e eventos de promoção da nossa cultura;T1. Fraca rentabilidade dos recursos culturais e recreativos e de cooperação entre agentes;T2. Instalação de empreendimentos e atividades não articuladas;T3. Falta de recursos financeiros para manutenção;O1. Fundo financeiros;O2. A rede de associações e outras instituições;O3. Aliança entre o Turismo, Cultura e Património;O4. Existência de boas práticas de cooperação transfronteiriça;O5. Articulação entre agentes para promoção cultural e sua divulgação conjunta (plataforma informática).AI7 AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: W1. Falta de sensibilidade na utilização dos recursos naturais;W2. Fragilidade dos ecossistemas e sistemas agro-silvo-pastoris associada à baixa rentabilidade da exploração de carácter extensivo;W3. Desajustamento dos instrumentos de ordenamento em vigor (legislação);W4. Poucos incentivos à utilização de energias renováveis;S1. Boa qualidade ambiental e fracos índices de poluição;S2. Existência de capital humano e tecnológico fundamental;S3. Existência de condições para energias alternativas;S4. Relevância do património natural, paisagístico e cultural;T1. Insuficiente implementação de medidas para adoção de práticas de prevenção da erosão e da gestão do solo;T2. Desertificação e êxodo populacional;T3. Alterações climáticas;T4. A instalação de novos agricultores/silvicultores com culturas intensivas; T5. Insuficiente implementação para a adoção de práticas de gestão e falta de fiscalização e articulação entre as entidades públicas competentes: O1. Apoios e incentivos europeus e nacionais;O2.

Existência de medidas de preservação, conservação e valorização de elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos; O3. Existência de Áreas Classificadas. AI8 PATRIMÓNIO NATURAL E CONSTRUÍDO: W1. Insuficiente valorização do património natural e cultural; W2. Degradação do património; W3. Falta de operacionalização de planos de gestão para áreas com património natural a conservar; W4. Pessoal qualificado na área do património; S1. Amenidades rurais; S2. Existência de património natural com interesse para conservação; S3. A região com rico património natural; S4. EFMA; T1. Desertificação física, natural e alterações climáticas; T2. Agressões na paisagem por falta de instrumentos de ordenamento; T3. Dificuldades financeiras para recuperação do património construído; O1. Rentabilização do património construído para atividades destinadas à museologia e turismo; O2. Preservação das amenidades rurais; O3. Energias renováveis; O4. Incentivo de fundos comunitários para a valorização dos centros históricos; O5. Aproveitamento das habitações de traça tradicional devolutas.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Fundos comunitários - Portugal 2020
- Estratégia regional de turismo
- Marca "Alentejo"
- Bons acessos
- Alentejo for ALL
- Energias alternativas – Economia Verde
- EFMA
- Proximidade de centros de Investigação e Conhecimento
- Proximidade centros-urbanos RH qualificados, implementação de empresas
- SRTT
- Rede associações de carácter social

Principais Pontos Fortes

- Qualidade ambiental e patrimonial
- Acessibilidades, rodoviárias e para pessoas c/ mobilidade reduzida
- Produtos de qualidade na fileira agroalimentar
- Qualidade vida
- Prod. qualidade assoc. "Marca Alentejo" (Vinho, Montado, Azeite, Mel, Doçaria regional, Pão)
- Experiência da TD na formação
- Rede de Inst. pública e privadas de Solid. Social
- Rede de equip. culturais e desportivos
- Forte identidade cultural – cante alentejano, gastronomia, arte chocalheira
- Boas condições produção energias alternativas

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

- Oferta turística não articulada com procura
- Degradação do património cultural
- Despovoamento dos espaços rurais
- Concorrência internacional para produtos endógenos
- Articulação científica/empresas incipiente
- Aumento famílias carenciadas
- Incapacidade institucional para dar resposta solicitações – Limitações financeiras
- Aumento população idosa-maior risco pobreza e exclusão social
- Reduzida coop. agentes do território-rivalidade
- Alterações climáticas

Principais Pontos Fracos

- Fraca articulação entre agentes turísticos
- Domínio das línguas
- Restauração
- Oferta de animação Turística
- Qualificações
- Informação e aconselhamento ao investimento
- Articulação com universidades
- Integração de pessoas com necessidades especiais
- Isolamento populações
- Cooperação entre agentes empresas e municípios
- Degradação património construído – Preferência do novo à reabilitação

Os desafios que se apresentam de seguida foram elaborados e apresentados na primeira fase. Verifica-se existir um alinhamento muito forte com as tipologias de atividades propostas neste 2º Aviso: AI1 Turismo: Formação dos agentes para as questões associadas ao turismo sustentável, natureza, valia patrimonial e línguas; Diferenciação e potenciação do território com base na diversidade ambiental e valia patrimonial e paisagístico; Afirmação de território Acessível; Animação baseada nos ativos diferenciadores do território; Restauração de qualidade; Afirmação da Marca Alentejo. AI2 Empreendedorismo/Dinamização da Atividade Económica: Produtos de qualidade potenciadores de negócios; Cooperação empresarial e entre empresários e centros de conhecimento, universidades, politécnicos, escolas profissionais; Qualidade de vida em meio rural, bons acessos, como captador de RH qualificados, em especial jovens; Economia verde. AI3 Agricultura e Desenvolvimento Rural: Promoção do associativismo agrícola; Cooperação com centros de conhecimento; Promoção de produtos diferenciados por sistemas “amigos” do ambiente; Produtos de qualidade e qualificados, promotores de valor acrescentado; Montado, vinho, azeite, mel, agroalimentar; Potenciação dos circuitos curtos de comercialização para aumentar o valor da produção para consumidor e produtor. AI4 Formação/Qualificação/ Desenvolvimento dos Recursos Humanos: Afirmação da experiência da TD enquanto entidade formadora para ajustar oferta formativa; Transversalidade; Cooperação com centros de conhecimento e com organismos oficiais; Orientação vocacional. AI5 Economia Social: Cooperação/parceria; Potenciação das redes sociais do território; Promoção do empreendedorismo social, integração na empresa. AI6 Cultura, Desporto e Recreio: Cooperação intermunicipal e com coletividades para a gestão de ativos desportivos e culturais; Reforço da abordagem cultural e desportiva em meio escolar; Potenciação do elevado número de locais de cultura; AI7 Ambiente e Ordenamento do Território: Utilização das medidas de preservação existentes com vista a potenciar e proteger a diversidade e riqueza patrimonial, natural; Proteção de áreas classificadas que asseguram a diversidade e relevância do património natural; Potenciação do património natural, paisagístico e cultural como elemento de mitigação da desertificação física e humana. AI8 Património Natural e Construído: Valorização/promoção do património natural e construído para fixação da população; Afirmação do Turismo; Reabilitação de património construído de qualidade. Em resumo, há desafios que cruzam todas as áreas de atividade e outros que no exercício da SWOT cruzada se manifestaram muito fortes. Com base na sumula dos desafios enumerados elegem-se os seguintes fatores críticos de sucesso: Turismo como elemento valorizador dos ativos do território-cultural e natural; Produtos de base local diferenciadores e característicos; Cooperação/parcerias empresarial e intermunicipal e com centros do conhecimento; Formação especializada; Uso eficiente dos recursos naturais e energia verde; Alinhamento com Marca Alentejo; Potenciação dos equipamentos existentes; coesão social; Reabilitação do património.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A Estratégia está estruturada em: Vetores estratégicos, objetivos de cúpula; Objetivos Específicos-EDL (OE); Medidas que concorrem para os OE; Ações, que são divisões temáticas/operacionais das Medidas. Vetores Estratégicos: Constituem a orientação de cúpula da estratégia, levou em linha de conta o output da SWOT cruzada e as orientações nacionais vertidas no acordo de parceria, as regionais, definidas nos POR Alentejo, as opções sub regionais, referentes às duas NUTIII em que o território da TD está integrado e, as orientações estratégicas dos vários fundos com intervenção nas EDL(VE). VE1 – Promover iniciativas empresariais promotoras e protetoras do emprego: A criação e manutenção do emprego, por contratação ou autoemprego, são elemento fundamental da estratégia. O emprego é o impacte central do desenvolvimento socioeconómico de um território e um elemento central da sustentabilidade. VE2 – Assegurar um desenvolvimento sustentável, que se centra e protege os ativos do território: O desenvolvimento económico deverá ser feito em consonância com o respeito pelos recursos naturais e endógenos no território assegurando a sua preservação e identidade, elemento fundamental para a promoção duradora da diferenciação e vantagem competitiva. VE3 – Promover a Coesão Social e Territorial: O desenvolvimento gerado no território deve ter como preocupação o Homem enquanto destinatário último, assegurando uma repartição equilibrada e justa da riqueza criada, integrando os mais desfavorecidos e apoiando os mais fracos. Obj. Estratégicos: OE1 Valorizar através do Turismo os Ativos do Território - Património Cultural e Natural. Para este objetivo estão definidas 4 medidas: 1.1 Qualificação, Modernização e dinamização do Património Cultural (Material e Imaterial); 1.2 Valorização do Património Natural - Criação e requalificação de infraestruturas; 1.3 Ferramentas de divulgação e animação; 1.4 Formação/especialização dos RH. Este OE associa-se à valorização dos ativos numa ótica de recreio e lazer, promovendo atividades económicas com impacto na criação/manutenção de emprego, associado a

valores de conservação e de preservação. Objetivo associado ao turismo, daí que haja preocupação em compatibilizar as medidas com orientações estratégicas do Turismo a nível regional, como promotor de um efeito de escala, em especial comunicacional e promocional. A “Marca Alentejo” é fundamental para desenvolvimento destes ativos.

1.1 Qualificação, Modernização e dinamização do Património Cultural (Material e Imaterial): Valorização preferencial dos equipamentos já existentes com interesse histórico/cultural, modernizando instalações, para promover maior interatividade com o visitante. Trabalho a desenvolver em estreita colaboração com os municípios e a ERTA. Prevê-se intervenções pontuais de renovação de alguns equipamentos na lógica apresentada para o restante património. Os ativos imateriais do território, deverão acompanhar e enriquecer as intervenções, destacando-se a arte chocalheira, que apresentou a sua candidatura a Património Cultural Imaterial da Humanidade este ano, e o Cante Alentejano. Entre outros ativos de carácter local/regional destacam-se o montado, pão e gastronomia, doçaria regional, mel, vinho, azeite e o artesanato. O apoio a infraestruturas de raiz implica forte interligação com ativos associados ao território e que não apresentem ainda dignidade suficiente, como seja a Arte Chocalheira.

1.2 Valorização do Património Natural - Criação e requalificação de infraestruturas; As intervenções irão prever a fruição e contemplação dos espaços naturais, por observação ou por passeios (pedestres, a cavalo ou bicicleta, entre outros) associados a atividade económica.

1.3 Ferramentas de divulgação e animação: Esta Medida pretende complementar as duas anteriores. Nas atividades de divulgação e promoção haverá a preocupação de evitar a “pulverização”, privilegiando a lógica de alinhamento com a intervenção regional.

1.4 Formação/especialização dos RH: a formação em línguas e especializada para os conteúdos associadas aos ativos.

OE2 Desenvolver o Turismo Acessível O OE materializa-se em 3 Medidas.

2.1 Formação e Sensibilização; 2.2 Adaptação de infraestruturas; 2.3 Atividades de animação acessível. Este OE dará continuidade a uma área estrategicamente relevante no território do GAL: perseguir o objetivo da acessibilidade universal e a da turística em particular. Esta intervenção está integrada numa outra, a nível regional: projeto “Alentejo for ALL” promovido pela ERTA.

2.1 Formação e Sensibilização: Sensibilização dos cidadãos, empresas e instituições sobre a importância de proporcionar a acessibilidade universal em geral e a acessibilidade no setor turístico em particular.

2.2 Adaptação de infraestruturas: Visa a adaptação para fruição e visita dos ativos do território, património natural e cultural, considerando as necessidades especiais dos turistas.

2.3 Atividades de animação acessível: Visa a produção de ações de animação, devidamente adaptadas aos destinatários em questão.

OE 3 Promover a Coesão Social e Inclusão. Para a concretização deste objetivo estão definidas 3 medidas.

3.1 Igualdade de oportunidades, através da inclusão social de grupos vulneráveis; 3.2 Cooperação; 3.3 Animação Territorial. Na definição inicial da estratégia foram definidas 3 linhas de Ação para a área da inclusão social, a cooperação/parceria, a potenciação das redes sociais existentes no território e a promoção do empreendedorismo social, esta última linha de ação foi integrada no OE seguinte. Foi igualmente definido na 1ª Fase a necessidade de potenciação da cultura e do desporto como elemento de inclusão social, em especial em meio escolar mas não só, através de parcerias intermunicipais, aproveitando os equipamentos existentes e que foram financiados no passado. Refira-se a Igualdade de Oportunidades como elemento central da abordagem de inclusão social.

PI Medidas – FSE “Animação territorial e inovação social”, “Inclusão social de crianças, jovens, e outros, em contexto socioeconómicos vulneráveis”, “Promoção da inclusão ativa”, “Desenvolvimento de abordagens integradas de âmbito local”

3.1 Igualdade de oportunidades, através da inclusão social de Grupos vulneráveis. O território tem ainda fragilidades ao nível da igualdade de género, bem como de alguns grupos com integração social mais complexa tais como as minorias étnicas e portadores de deficiência.

3.2 Cooperação A necessidade de trabalhar em cooperação/parceria foi muito referenciada pelos parceiros nos trabalhos da 1ª Fase e é operacionalizada por duas ações.

3.2.1 Abordagens Integradas - entre agentes do território, público e privado e entre grupos geracionais; 3.2.2 Potenciação das Redes Sociais – Aproveitar as sinergias inerentes à representatividade nas e das redes sociais potenciando o seu trabalho ao nível dos Diagnósticos Sociais e outros instrumentos basilares para a efetiva e real análise das dinâmicas regionais e reais necessidades dos territórios.

3.3 Animação Territorial, operacionalizada pela ação 3.3.1 Promoção de Atividades Cultura e Recreio. Visa a integração social através de atividades de natureza cultural e desportiva, aproveitando um ampla rede de equipamentos desportivos e culturais existentes no território. Estas atividades de animação visam igualmente utilizar as intervenções consagradas no OE1.

OE 4 Fomentar o Empreendedorismo Empresarial e Social. Para concretização deste objetivo estão definidas 2 Medidas:

4.1 Apoio à iniciativa empresarial; 4.2 Empreendedorismo social. Este OE visa o apoio ao empreendedorismo, na vertente empresarial e social, associada à criação de emprego e gestão sustentável dos recursos. Em ambas pretende-se um desenvolvimento empresarial alicerçado nos princípios gerais estabelecidos para a atividade económica no território, nomeadamente, a potenciação dos produtos de qualidade (numa ótica abrangente) diferenciadores do território, destacando-se os de natureza imaterial, como a arte chocalheira e o cante alentejano e de natureza material o montado, e os produtos agroalimentares, a nível local e regional, destacando-se a doçaria, pão, vinho, azeite, mel, bem como animação dos ativos naturais

e culturais identificados no território e alvo de relevância no OE1. Outra vertente estrategicamente importante é a economia verde, associada a modelos económicos de baixo consumo de carbono. Sendo a estratégia da EDL centrada na proteção do emprego, é importante preservar uma orientação de incorporação de inovação através de cooperação com centros de conhecimento.

4.1 Apoio à iniciativa empresarial é alicerçada em 3 ações:

- 4.1.1 Apoio à criação de micro e pequenas empresas;
- 4.1.2 Promoção da economia verde;
- 4.1.3 Melhoria da competitividade empresarial.

4.2 Empreendedorismo social. Esta medida concretiza-se através de 3 ações:

- 4.2.1 Promoção da economia social;
- 4.2.2 Apoio à criação de emprego;
- 4.2.3 Qualificação para a empregabilidade.

A área do empreendedorismo social é abordada sob duas óticas, a criação de empresas/negócios associados ao sector social e a criação de emprego numa ótica de integração no mercado de trabalho, quer através do 1º emprego, quer através da inclusão/regresso ao mercado de trabalho. A qualificação, enquanto elemento fundamental de integração no mercado de trabalho é uma área chave.

OE 5 Promover a sustentabilidade da atividade agropecuária. A Estratégia definida para o território focaliza-se na promoção dos sistemas agrícolas sustentáveis associados aos produtos e ativos distintivos já referenciados, associados à agricultura, floresta e agroalimentar e melhoria das condições de rentabilidade e de sustentabilidade das empresas, sempre associado à manutenção e criação de emprego, sendo os jovens uma área prioritária. Este OE é executado através de um conjunto de medidas, definidas como ações no PDR 2020, Medida 10, seguidamente identificadas (numeração da EDL):

- 5.1 Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas;
- 5.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização;
- 5.3 Diversificação das atividades não agrícolas;
- 5.4 Promoção dos produtos de qualidade locais;
- 5.5 Cadeias curtas e mercados locais.

Estas são as áreas definidas com maior detalhe e informação na documentação disponibilizada pelo que dispensam aqui maiores explicações. Ainda que não seja enquadrável financeiramente, é de realçar a transversalidade da área da educação e formação a toda a estratégia apresentada, como fundamental para a boa execução da mesma.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

NA EXECUÇÃO DA EDL: Contactos entre OG e ETL assegurados pela EG; Participação rotativa no OG durante a execução e nas decisões mais relevantes; Acesso à informação sobre a EDL (e-mail, newsletter, reuniões, workshops, seminários, etc.) a criar com ações de animação da EDL e do GAL; Envolvimento participativo na avaliação da execução da EDL. Parceiros reunirão mínimo 2 vezes/ano para apreciar relatórios anuais/intercalares de execução da EDL, conhecer execução da EDL e indicar, se necessário, novas estratégias e/ou metodologias. ASSEGURAR AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO/ACOMPANHAMENTO DA EDL: Capacitar para parceria efetiva, aproveitar sinergias para boa execução dos projetos e iniciativas que respondam às necessidades dos territórios/comunidades. Mobilizar parceiros para concretização dos objetivos. Circuitos de informação atualizados (reuniões, e-mail, newsletter, sites) e outros de promoção do empowerment dos parceiros. Adequar envolvimento nas atividades a dinamizar segundo as suas áreas de intervenção específicas. Ações de sensibilização e de formação específicas para parcerias ativas e, não só protocolares. Valorizar trabalho do GAL divulgando o seu envolvimento nas atividades e respetivas mais-valias do mesmo. PUBLICITAR A EDL NO TERRITÓRIO E DIFUNDIR RESULTADOS: Reuniões promoção/divulgação da EDL nos 6 concelhos do território para agentes públicos/privados interessados nos apoios e população em geral. Capacitação dos agentes para promoverem as suas iniciativas pois será dado o enquadramento dos POTemáticos, PORegional e instrumentos geridos pelas CIM. Difundir avisos de abertura dos concursos aos apoios a gerir pelo GAL, com meios de comunicação social locais e regionais, newsletter, site da EG, cartazes e outros. Espaços para atendimento presencial/personalizado a interessados para informações mais diretas acerca da EDL e outros apoios aos seus eventuais projetos. A EG usará instalações da sede e as que venha a ter no território (delegações ou gabinetes de atendimento de outros projetos). Acordos com outras entidades, em especial municípios, para acesso às respetivas instalações. Quando necessário/conveniente, deslocação da ETL fora da sede. Articular esta divulgação com técnicos dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico dos municípios (há experiência de cooperação com estas estruturas). Com regularidade adequada a EG, com o apoio do OG e da ETL divulgará resultados junto dos agentes do território com meios já referidos e também com ações e instrumentos previstos para acompanhamento da EDL, da monitorização dos projetos, dos objetivos e das metas alcançadas. Avaliação e eventuais auditorias da EDL partilhadas com o GAL e outros atores relevantes da comunidade. Relatórios anuais ou outros, apreciados e aprovados pelo OG e/ou Assembleia de Parceiros. Noutros momentos de partilha de informação os parceiros receberão regularmente os dados da execução da EDL através da newsletter da EG ou outros instrumentos. Com as ações de animação e promoção do território também serão divulgados os resultados da EDL, assegurando a EG a estreita e necessária articulação entre a ETL e a equipa responsável pela execução daquelas. Prevê-se: participação em feiras, mostras e outros eventos afins; oficinas temáticas, colóquios, seminários e congressos; ações de sensibilização, formação e disseminação de resultados; elaboração de materiais promocionais; edição de livros e estudos.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

Estratégia Regional NUT III

A estratégia que estrutura a EDL está de uma forma geral integrada com os objetivos do POR Alentejo, em especial os relativos aos Eixos 5, 6 e 8. Quatro dos cinco OE da EDL têm alinhamento com o POR Alentejo, sendo que a parte de agricultura e desenvolvimento rural, OE5, está naturalmente mais alinhado com as opções do PDR 2020.

OE1. Valorizar através do Turismo os Ativos do Território - Património Cultural e Natural – enquadrado NO EIXO 8 "Ambiente e Sustentabilidade" via PI 6c, "Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural" através das seguintes alíneas:

- a) Património cultural - ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO; iii) Modernização e dinamização de museus e de outros equipamentos culturais de divulgação do Património e de elevado interesse turístico.
- b) Património Natural - i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.

OE2 Desenvolver o Turismo Acessível. A Medida 2.1 tem um carácter transversal. Medida 2.2 tem enquadramento igualmente no EIXO 8, na mesma PI 6c, nomeadamente através da alínea a) Património cultural - iii). A Medida 2.3 enquadra-se na PI 9i "inclusão ativa, incluindo com vista à promoção de igualdade de oportunidades e de participação ativa e a melhoria da empregabilidade" do EIXO 6.

OE 3 Promover a Coesão Social e Inclusão, tem igualmente total cobertura pelo Eixo 6, PI9i.
OE 4 Fomentar o Empreendedorismo Empresarial e Social. A Medida 4.1 Apoio à iniciativa empresarial – está alinhada com a PI 8a, "Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas" do Eixo 5. A Medida 4.2 Empreendedorismo social – PI8iii, "Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras" do EIXO 5.

Em Relação à Estratégia Regional de Especialização Inteligente, releva-se igualmente o alinhamento entre esta estratégia e a EDL. A EREI estabelece como pilares fundamentais o património e o ambiente, discriminando um conjunto de domínios diferenciadores, que se destacam: Alimentação e Floresta, Recursos naturais e ambientais, Património, Indústrias culturais e criativas e serviços de turismo, Energia. Os dois pilares e os domínios elencados têm um evidente alinhamento com a EDL. Por outro lado, a filosofia transversal da EDL remete para a cooperação com centros do conhecimento, nomeadamente EU, IP Beja e escolas profissionais, no sentido, promover a inovação, em larga medida associada ao empreendedorismo e consequentemente à criação de riqueza.

Estratégia Sub Regional – NUT III

NUT III Baixo Alentejo

O Objetivo da estratégia desenhada pela CIMBAL assente em posicionar o Baixo Alentejo como um Território Amigo do Investimento;

EIXO A Promoção da Eficiência Energética. Em termos geral a EDL preconiza o uso eficiente dos recursos, sendo em especial vertido na promoção da economia verde, associada aos OE 4 e 5. No entanto este Eixo está muito centrado na Administração Local e por isso em termos específicos não há enquadramento relevante com a EDL.

EIXO B Proteção dos ativos do território. Este eixo remete para orientações estratégicas igualmente vertidas na EDL. A sensibilização é uma área transversal da EDL. Por outro lado, a valorização do património cultural com vista à valorização económica dos ativos está vertido de forma muito evidente no OE 1 e OE2, para além de ser um tema igualmente transversal.

EIXO C Dinamização do Empreendedorismo e das atividades económicas. Este eixo, através da Medida C1, compatibiliza-se com uma orientação geral da EDL, a formação e qualificação. Em termos gerais o OE4 - Fomentar o empreendedorismo empresarial e social, visa o apoio ao empreendedorismo e criação de emprego. Releva-se ainda a focalização da promoção da atividade económica associada ao regadio, sendo esta uma área igualmente destacada na EDL e que encontra igualmente um contributo no OE5 Promover a sustentabilidade da atividade agropecuária (inclui naturalmente a floresta).

EIXO E Reforço da inclusão e da coesão social. Este eixo tem um alinhamento muito forte com o OE3 Promover a coesão e inovação social.

NUT III Alentejo Central

A EDL encontra um alinhamento muito evidente com a IDT da CIMAC nomeadamente:

EIXO A Promoção do empreendedorismo e do emprego. Para além da criação de emprego ser uma linha transversal da EDL, releva-se a especial compatibilidade deste eixo com os OE4 Fomentar o Empreendedorismo Empresarial e Social, vocacionado para o apoio ao empreendedorismo empresarial e social. Na área do empreendedorismo social (Medida 4.2 da EDL) refira-se a contribuição do OE3. Aliás, está inclusivamente previsto que este eixo se desenvolva em articulação com os GAL.

EIXO C – Qualificação e Valorização do Território e Utilização sustentável dos Recursos. Este eixo enquadra preocupações centrais da EDL, alinhando-se praticamente com toda a estratégia. Releva-se a valorização do património natural e cultural, linha central do OE 1 Valorizar através do turismo os ativos do território, sendo relevante o objetivo contante da EDL da valorização do Património com vista à produção de riqueza e emprego. Por outro lado a economia verde é um elemento central da estratégia da EDL, estando vertida no OE 4 e OE 5.

EIXO D Coesão Social. Este eixo está alinhado fortemente com o OE3 Promover a Coesão Social e Inclusão.

EIXO E – Proteção ambiental, Adaptação às alterações climáticas e gestão de risco. Este eixo está de forma geral enquadrado na estratégia definida na EDL por se ancorar na filosofia de gestão e proteção dos recursos naturais de forma sustentável.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A EDL definiu 5 Objetivos Específicos, que no fundo são a componente operacional da estratégia: OE1 Valorizar através do Turismo os Ativos do Território - Património Cultural e Natural 1.1 Qualificação, Modernização e dinamização do Património Cultural (Material e Imaterial); 1.2 Valorização do Património Natural - Criação e requalificação de infraestruturas; 1.3 Ferramentas de divulgação e animação; 1.4 Formação/especialização dos RH. OE2 Desenvolver o Turismo Acessível 2.1 Formação e Sensibilização; 2.2 Adaptação de infraestruturas; 2.3 Atividades de animação acessível. OE 3 Promover a Coesão e Inovação Social 3.1 Igualdade de oportunidades, através da inclusão social de Grupos vulneráveis; 3.2 Cooperação; 3.3 Animação Territorial. OE 4 Fomentar o Empreendedorismo Empresarial e Social 4.1 Apoio à iniciativa empresarial: 4.1.1 Apoio à criação de micro e pequenas empresas; 4.1.2 Promoção da economia verde; 4.1.3 Melhoria da competitividade empresarial. 4.2 Empreendedorismo social: 4.2.1 Promoção da economia social; 4.2.2 Apoio à criação de emprego; 4.2.3 Qualificação para a empregabilidade. OE 5 Promover a sustentabilidade da atividade agropecuária 5.1 Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas; 5.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização; 5.3 Diversificação das atividades não agrícolas; 5.4 Promoção dos produtos de qualidade locais; 5.5 Cadeias curtas e mercados locais. No Anexo 6 apresenta-se um quadro resumo da EDL-MEL com o cruzamento dos Objetivos Específicos, o eixo medida/programa de ação do pacto, bem como o fundo e a respetiva afetação orçamental. O OE1. Valorizar através do Turismo os Ativos do Território - Património Cultural e Natural é financiado através do FEDER e FEADER. O Objetivo está vocacionado para Turismo através da valorização do património cultural e natural. Tem enquadramento no PI 6c, "Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural", do eixo 8 "Ambiente e Sustentabilidade" do POR Alentejo, respetivamente alíneas a) Património cultural, b) Património Natural e c) promoção turística, e na Renovação de Aldeias, da medida 10 do PDR 2020. O OE2 Desenvolver o Turismo Acessível é financiado por dois fundos, FEDER e FSE. Encontra enquadramento no PI 6c, "Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural", do eixo 8 "Ambiente e Sustentabilidade" do POR Alentejo, respetivamente alíneas a) Património cultural. O FSE financiará a "Animação Territorial e Inovação Social" do PI 9i "inclusão ativa, incluindo com vista à promoção de igualdade de oportunidades e de participação ativa e a melhoria da empregabilidade" do eixo 6 "Coesão Social e Inclusão" do POR Alentejo. O OE 3 Promover a Coesão e Inovação Social será integralmente financiado pelo FSE por enquadramento na PI 9i referida anteriormente. O OE 4 Fomentar o Empreendedorismo Empresarial e Social é financiado pelo FEDER e FSE. Na componente de empreendedorismo empresarial prevê-se o enquadramento na PI 8a, "Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas" do Eixo 5 "Emprego e valorização económica de recursos endógenos" do POR Alentejo. Por sua vez a medida relativa ao empreendedorismo social tem enquadramento na PI8iii, "Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras" do eixo 5 "emprego e valorização económica dos recursos endógenos" do POR Alentejo. O OE 5 Promover a sustentabilidade da atividade agropecuária, é coberto na sua totalidade pelo FEADER, uma vez que está "integrado na Medida 10, Ac 10.2 do PDR 2020. Em relação à afetação orçamental, e de forma resumida, apresentam-se as grandes linhas orientadoras, as quais são convergentes com as opções estratégicas que selecionámos e que foram chanceladas pelos parceiros. No caso do FEADER optou-se por afetar 55% do orçamento global às duas áreas da Medida 10 do PDR 2020 com maior adaptação ao território, os pequenos investimentos na exploração e de transformação e comercialização. Por outro lado, apresentamos um valor residual de 5% para a renovação de aldeias, uma vez que o FEDER pode cumprir objetivos idênticos. Em relação ao FEDER, afetou-se 90%, por opção regulamentar, à componente de empreendedorismo empresarial. Releva-se o efeito alavanca que gera e o forte efeito na criação de emprego. A mesma opção em relação ao emprego foi adotada para o FSE, onde foram alocados 60% deste fundo à área do empreendedorismo social. A afetação orçamental por objetivo é a seguinte: OE1. Valorizar através do Turismo os Ativos do Território - Património Cultural e Natural, 247.703,30€ (4,4%); OE2 Desenvolver o Turismo Acessível, 126.800,60€ (2,3%); OE 3 Promover a Coesão e Inovação Social, 381.710,2€ (6,8%); OE 4 Fomentar o Empreendedorismo Empresarial e Social 2.534.921,7€ (45,3%); OE 5 Promover a sustentabilidade da atividade agropecuária, 2.301.294,6€ (41,2%); sendo o TOTAL de 5.592.430,30€. Em termos de resultados releva-se o efeito multiplicador direto da EDL de 1,81 (Investimento total/% financiamento). O investimento total é assim de 10.125.238 euros. Em relação ao emprego criado, espera-se uma criação de 63 postos de trabalho nas áreas de intervenção do FEDER, aquelas que mais se associam à criação de emprego. No FEADER o número esperado de empregos criados é de 50. Em termos de percentagem de sucesso de emprego com duração superior a 12 meses após a conclusão dos apoios, área FSE, considera-se uma taxa de 60%, ambiciosa mas perfeitamente realizável face a anteriores experiências da intervenção dos GAL. Em relação ao acréscimo dos visitantes a património natural e cultural, espera um acréscimo de 1,06 mil visitantes.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A EDL do GAL Terras Dentro 2020 estabelece 3 Domínios de Intervenção e cada 1 dividido em Áreas de Intervenção(AI). Os domínios selecionados relacionam-se e são compatíveis com as opções estratégicas estabelecidas a nível europeu no âmbito do programa Europa 2020, a nível nacional no Portugal 2020 e ainda com o âmbito do concurso em que se enquadra esta candidatura: **COMPETITIVIDADE ECONÓMICA E INOVAÇÃO**: Turismo; Empreendedorismo/Dinamização da atividade económica; Agricultura /Desenvolvimento Rural; **CAPITAL INSTITUCIONAL/HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL**: Formação/Qualificação/Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Economia Social; Cultura, Desporto e Recreio; **SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS**: Ambiente e Ordenamento do Território; Património Natural e Construído. Para uma sistematização das AI é atribuída a seguinte numeração: AI1: Turismo; AI2: Empreendedorismo/Dinamização da atividade económica; AI3: Agricultura e Desenvolvimento Rural; AI4: Formação/Qualificação/ Desenvolvimento dos Recursos Humanos; AI5: Economia Social; AI6: Cultura, Desporto e Recreio; AI7: Ambiente e Ordenamento do Território; AI8: Património Natural e Construído. EDL estruturada em: Vetores estratégicos, objetivos de cúpula; Objetivos Específicos-EDL (OE); Medidas que concorrem para os OE; Ações, que são divisões temáticas/operacionais das Medidas. **ANÁLISE SWOT CRUZADA**: Com base no cruzamento das características internas (pontos fortes/fracos) com a envolvente externa (ameaças/oportunidades) definiu-se a SWOT Cruzada por AI. Assim é possível identificar para cada área os pontos fortes mais interessantes e os pontos fracos passíveis de serem alvos de correção, ambos tendo em conta o ambiente externo que influencia o território da EDL. Metodologia seguida: privilegiou-se a abordagem de potenciação das sinergias positivas identificadas para o território, contrapondo-se à abordagem mais centrada na correção das suas assimetrias, tradicionalmente utilizada nos exercícios de planeamento nacionais e regionais. Vetores Estratégicos (VE)-A definição dos VE, orientação de cúpula da EDL, considera o output da SWOT cruzada e as orientações nacionais do Acordo de Parceria, as regionais do PORA Alentejo e as opções sub regionais, nomeadamente, referentes às 2 NUT III em que o território do GAL está integrado, Alentejo Central e Baixo Alentejo e as orientações estratégicas dos vários fundos com intervenção nas EDL. Por fim, e não menos importantes, os VE incorporam a Visão que estrutura a intervenção da Entidade Gestora (EG) no seu território. Sendo a EDL uma estratégia de base local, a Visão da Terras Dentro constitui assim a primeira envolvente da macro estratégia: “ser uma instituição sustentável, inovadora, empreendedora e solidária” que foi validada pelo GAL. A visão para o território da EDL incorpora os seguintes pressupostos estruturantes, em relação aos quais as futuras iniciativas, elementos de base da operacionalização da estratégia, deverão dar cobertura, em pelo menos um sem no entanto conflitar com qualquer um: criação e manutenção de emprego; Valorização do Capital Humano; Criação da riqueza, integrando atividades geradoras de mais valor acrescentado, quer económicas, quer social, quer ambiental; Sustentabilidade ao nível dos recursos naturais; Coesão social e territorial; Valorização do património natural e cultural (definido de forma lata); Cooperação; Inovação. Neste sentido a visão da EDL para o território, validada pelo GAL, é baseada na visão da EG e é a seguinte: Um Território inovador, diferenciado ao nível da qualidade de vida e dos seus ativos, gerador de riqueza, sustentável com base nos seus recursos endógenos e que assegura a proteção do ambiente, preservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos naturais que privilegia o trabalho em cooperação e que tem as pessoas como destinatário central da sua estratégia. Foram definidos 3 VE: 1-Promover iniciativas empresariais promotoras e protetoras do emprego. A criação e manutenção do emprego, por contratação ou autoemprego, são um elemento fundamental da EDL. O emprego é o impacto central do desenvolvimento socio-económico de um território e um elemento central da sustentabilidade. As iniciativas empresariais deverão aumentar o valor acrescentado de forma a que a riqueza gerada possa refletir-se na sustentabilidade económica do tecido social e contribuindo para a sustentabilidade do território. 2-Assegurar um desenvolvimento sustentável, que se centra e protege os ativos do território. O Desenvolvimento económico deverá respeitar os recursos naturais e endógenos do território assegurando a sua preservação e identidade, elemento fundamental para a promoção duradora da diferenciação e vantagem competitiva. 3-Promover a Coesão Social e Territorial. O Desenvolvimento gerado no território deve ter como preocupação o Homem enquanto seu destinatário último, assegurando a repartição equilibrada e justa da riqueza criada, integrando os mais desfavorecidos e apoiando os mais fracos.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	OE1. Valorizar através do Turismo os Ativos do Território - Património Cultural e Natural	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	127,00	633,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,03	0,13	126 582,50€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	OE2 Desenvolver o Turismo Acessível	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	84,00	422,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,02	0,08	84 388,40€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	OE2 Desenvolver o Turismo Acessível	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	1,00	1,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	60,00	60,00	42 412,20€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	OE 3 Promover a Coesão Social e Inclusão	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	1,00	9,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	60,00	60,00	381 710,20€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	OE 4 Fomentar o Empreendedorismo Empresarial e Social	Empresas que beneficiam de apoio	11,00	54,00	Postos de trabalho criados	13,00	63,00	1 898 738,10€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	OE 4 Fomentar o Empreendedorismo Empresarial e Social	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	4,00	21,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	60,00	60,00	636 183,60€
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	37,00	83,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	7,00	17,00	932 629,90€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	4,00	9,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	9,00	399 698,50€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	4,00	9,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	9,00	363 362,30€

99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2,00	6,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	6,00	242 241,50€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	4,00	9,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	9,00	363 362,30€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	1,00	3,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	121 120,80€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	OE 2 Medida de Desenvolvimento de Abordagens integradas de âmbito local, direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações				Parceiros Envolvidos	6,00	30,00	42 412,20€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	OE3 Medida de Dinamização de ações intergeracionais (coaching intergerações) e ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória				Voluntários envolvidos	2,00	10,00	42 412,20€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Dinamização de ações intergeracionais (coaching intergerações) e ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória				Produtos concebidos	1,00	5,00	42 412,20€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	OE 3 Medida de Inclusão Social dos indivíduos de forma multissetorial e integrada				Associações apoiadas	1,00	3,00	42 412,20€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Animação Territorial e Inovação Social				Destinatários Finais	50,00	100,00	43 579,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Animação Territorial e Inovação Social	Projetos de animação territorial apoiados	2,00	5,00				87 158,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	6.3 "Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural", do eixo 8 "Ambiente e Sustentabilidade" do POR Alentejo.				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	1,18	1,18	210 970,90€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	8.8 "Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas" do Eixo 5 "Emprego e valorização económica de recursos endógenos" do POR Alentejo			Efeito multiplic. do investimento público no investimento privado	2,00	2,00	1 898 738,10€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedurismo e criação de empresas, incluindo micro,pequenas e médias empresas inovadoras, do eixo 5 "Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos do POR Alentejo.			Efeito multiplicador das estratégias do investimento público no investimento privado	1,18	1,18	636 183,60€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção de igualdade de oportunidades e de participação ativa e a melhoria da empregabilidade do eixo 6 "coesão social e Inclusão" do POR Alentejo				Efeito multiplicador das estratégias do investimento público no investimento privado	1,18	1,18	424 122,40€
---	-----	---	--	--	--	--	------	------	-------------

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	2 109 709,00€
FSE	1 060 306,00€
FEADER	2 422 415,30€
Total	5 592 430,30€

Pressupostos

Os pressupostos constam do Anexo 6, onde se apresenta uma explicação detalhada – Quadro Resumo da EDL-MEL. O montante total de fundo proposto é de 5.592.430,30euros, sendo FEADER 2.422.415,30euros, FEDER 2.109.709,00euros e FSE 1.060.306,00euros. Foram seguidas as orientações previstas pelas autoridades de gestão, nomeadamente, FEDER, 10% na prioridade 6.3 e 90% prioridade 8.8. No caso do FEADER, foram naturalmente cumpridas as orientações de base de afetação orçamental. Contudo, tendo em conta tratar-se de um território de forte preponderância agrícola, foram reforçadas as medidas relativas aos pequenos investimentos agrícolas e de transformação e comercialização. No caso das Renovação de aldeias, optou-se por se afetar apenas 5%, uma vez que o FEDER pode assumir investimentos complementares nesta área. Para além dos pressupostos referidos anteriormente, ou seja, nos pressupostos definidos previamente pelas autoridades de gestão, em termos gerais foram seguidos os seguintes critérios: para intervenções com possibilidade de comparação com os históricos, aplicaram-se valores de dimensão média de projeto e de custo médio de RH contratado. Na definição do aumento de visitas, foi efetuado um cruzamento com anteriores intervenções, e com o valor apresentado em sede de programação do PO Alentejo. No caso dos projetos agrícolas, foram levadas em linha de conta as informações cedidas pela Confederação dos Agricultores de Portugal, com o número de beneficiários e áreas agrícolas respetivas.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Foi assumido e protocolado pela parceria e pelos GAL do Alentejo, no âmbito da execução das respetivas EDL, o compromisso de definir e desencadear processos de cooperação, nacional e transnacional, fundamentados num plano comum de intervenção e que, não descurando a possibilidade de quaisquer outras iniciativas que possam vir a ser consideradas pertinentes, proponha a participação conjunta em eventos com valia acrescida para a imagem e visibilidade regional, a organização e realização de eventos de carácter interterritorial e internacional, a concepção e implementação de ações que promovam o empreendedorismo e valorizem a cultura local, a formação e qualificação dos quadros técnicos das organizações e ainda a criação de redes setoriais de partilha e potenciação de setores específicos e preponderantes para o desenvolvimento regional.

Na ótica da TD, o trabalho em cooperação é uma condição fundamental e um eixo transversal a tudo o resto e, como tal, estará presente na nossa estratégia tendo como ponto de partida não só os resultados do diagnóstico mas também o histórico de cooperação inerente ao funcionamento da associação.

Cooperação Interterritorial

Áreas Temáticas: Marketing territorial; Cidadania e participação; Empreendedorismo; Turismo; Circuitos curtos de agro-alimentares; Produtos locais; Cultura; Património; Ambiente; Agricultura e Floresta.

Objetivos Temáticos: promover os territórios em feiras, mostras e outros eventos nacionais e transnacionais; promover a cidadania e a participação das comunidades rurais nos processos de desenvolvimento; promover o trabalho em rede; promover o empreendedorismo; contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado do turismo nas áreas rurais; promover o turismo acessível; promover o turismo equestre; valorizar os produtos locais, a cultura e o património rural; preservar e valorizar o ambiente; implementar metodologias de circuitos curtos agro-alimentares; revitalizar os mercados locais; promover a capacitação de quadros técnicos das organizações.

Parceiros/Territórios cooperantes: GALs da NUT II Alentejo e outros.

Cooperação Transnacional

Áreas temáticas: Empreendedorismo; Artesanato; Transformação de agro-alimentares; Turismo; Ambiente; Agricultura; Cultura e Cidadania; Associativismo e Cooperação; Produtos locais.

Objetivos Temáticos: capacitar recursos humanos; promover intercâmbios de experiências e boas práticas; promover em eventos os territórios envolvidos; valorizar a cultura identitária; desenvolver ações de cidadania e interculturalidade; promover o associativismo; preservar e valorizar o ambiente; valorizar e rentabilizar os recursos endógenos; promover os produtos locais; promover o trabalho em rede.

Parceiros/Territórios cooperantes: Atelier Mar ONG/S. Vicente-Cabo Verde; Associação Agro-Hortelão/Santiago-Cabo Verde; Associação Roçamundo/S. Tomé e Príncipe; CACAU– Centro de Artes e Cultura/S. Tomé e Príncipe; Associação Roda Viva/Rio de Janeiro/Brasil; GAL Beauce et Gâtinais/França; ADERCO/Olivença-Espanha; CEDECO/Tentúdia-Espanha.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

APOIO TÉCNICO E DECISÕES

Funções técnicas asseguradas pela Equipa Técnica Local (ETL) a criar no seio da Entidade Gestora (EG) Terras Dentro (TD) sob responsabilidade direta desta e a definir pela Direção da mesma.

Serão assim asseguradas as competências delegadas pelas Autoridades de Gestão (AG) dos fundos públicos nomeadamente no que respeita ao PO Alentejo 2020 e Medida10 (Leader) do PDR2020.

As decisões caberão ao Órgão de Gestão (OG) eleito em Assembleia de Parceiros, com 7 membros, assegurando-se que nenhum grupo de interesses ou de entidades públicas represente mais de 49% dos direitos de voto em cada deliberação.

O OG, contactará com os parceiros através de meios eletrónicos dando a informação pertinente no web site do GAL. Algumas funções delegáveis poderão vir a ser delegadas no todo ou em parte na ETL, nomeadamente no seu Coordenador.

O funcionamento do OG e da Assembleia de Parceiros será objecto de Regulamento Interno a aprovar oportunamente.

CIRCUITO DE ANÁLISE, PARECER E DECISÃO/PROPOSTA DE DECISÃO DAS OPERAÇÕES

A EG irá aceder aos Pedidos de Apoio (PA) através do Balcão2020 e que serão devidamente tratados pela ETL. As técnicas analistas dividirão a análise de cada PA de acordo com o despacho do Coordenador que será em princípio no sentido de encaminhar cada PA pela sua ordem de apresentação e de forma intercalar, com vista a distribuir de modo igualitário o mesmo número de PA pelas técnicas.

Será elaborado um parecer de acordo com as regras e critérios pré-definidos, quer ao nível das Autoridades de Gestão (AG) respetivas quer ao nível do próprio GAL dentro da margem de autonomia que lhe for delegada, nomeadamente para a competência própria de elaboração e aprovação de um Manual de Procedimentos ou de outro instrumento equivalente.

Sempre que se mostre pertinente serão elaboradas Orientações Técnicas Internas em complemento ao referido Manual e/ou às Orientações Gerais que emanarem das AG competentes.

Serão observadas rigorosamente todas as regras do Código de Procedimento Administrativo (CPA) no que toca aos eventuais impedimentos dos membros da ETL e/ou do OG, entre outras regras aplicáveis, bem como o respeito pelos direitos dos candidatos aos PA no âmbito dos processos de audiência prévia entre outros.

SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Por despacho do Coordenador, o acompanhamento e análise de Pedidos de Pagamento (PP) que se mostrem necessários serão atribuídos á(s) técnica(s) que não analisaram o PA em causa.

Será assegurado que nenhum elemento da ETL seja simultaneamente representante de qualquer membro do GAL no OG.

Serão também aqui cumpridas as regras do CPA no que toca a impedimentos e outras regras pertinentes.

COMPOSIÇÃO DO ORGÃO DE GESTÃO

Presidente:

Terras Dentro, Associação para o Desenvolvimento Integrado, representada por Rui Batista

Vogais:

ADA, Associação de Desenvolvimento, Acção Social e Defesa do Ambiente, representada por Norberto Patinho

AJASUL, Associação de Jovens Agricultores do Sul, representada por Pedro D'Orey Manoel

Município de Alvito, representado por Joaquim Manuel Marrocate Aires

Turismo do Alentejo, ERT, representado por António Ceia da Silva

Universidade de Évora, ICAAM, Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas, representada por Elvira Sales Baptista

NERE-AE-Núcleo Empresarial da Região de Évora, representado por Rui Pedro Duarte Espada

COMPOSIÇÃO DA ETL

Coordenador:

Joaquim Arsénio Batista Amado, licenciado em Direito, Coordenador da ETL do GAL Terras Dentro entre 2003 e 2015

Técnicas Analistas:

Maria Manuela Firmino Fialho, Eng^a Zootécnica, membro da ETL entre 1996 e 2015

Odete de Jesus Casadinho João, Eng^a Técnica de Produção Vegetal membro da ETL entre 1998 e 2015

Elsa Maria da Conceição Branco, Eng^a Agrícola/Ramo Extensão Rural, Presidente do OG do GAL Terras Dentro entre 2011 e 2015;

Técnica Financeira:

Paula Margarida Leal Calca, 12^o ano, Técnica Financeira da ETL entre 1993 e 2015.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Como já foi referido a parceria reunirá ordinariamente duas vezes por ano para apreciação dos relatórios anuais de execução da EDL e para conhecimento intercalar do ponto de situação da implementação da mesma.

Estas duas reuniões permitirão obter informações sobre o estado da EDL e indicar se necessário novas estratégias e/ou metodologias de implementação daquela.

Será dada especial atenção à avaliação intercalar prevista para 2018 com vista à reafectação dos meios financeiros das EDL nomeadamente no que toca à atribuição da reserva de eficiência e de modo a evitar a penalização que consta do DL 137//14 de 12/09 nomeadamente no nº9 do art.66º.

O Órgão de Gestão (OG) proposto, reunirá regularmente e fará o contacto com os restantes parceiros através de meios eletrónicos e disponibilizando a informação pertinente no web site do GAL. Estas funções poderão ser delegadas no todo ou em parte na Equipa Técnica Local (ETL) a criar no seio da entidade Gestora (EG) Terras Dentro.

Serão elaborados relatórios de acompanhamento dos projetos, com dados comparativos entre os resultados e os indicadores e metas previstas.

Serão elaboradas check list com todos os dados necessários e pertinentes para a boa execução dos projetos.

Serão realizadas visitas de acompanhamento no terreno para verificação do cumprimento dos objetivos previstos.

Serão registadas evidências da evolução e execução dos projetos, através de fotos, filmes, exposições, entre outras.

Com reflexos no acompanhamento da EDL do GAL Terras Dentro2020 prevê-se, em conjunto com os restantes GAL do Alentejo, a criação de uma plataforma de acompanhamento e monitorização do DLBC 2020, com uma estrutura e composição a definir com outros atores públicos e privados da Região e que assegure a articulação do DLBC com as diferentes Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) e o POR Alentejo 2020, de modo a que as diferentes intervenções territoriais concorram para os resultados e metas a alcançar na Região e no país (ver anexo – Acordo de Parceria dos GAL NUT III Alentejo).

MODALIDADE E INSTRUMENTOS PREVISTOS PARA A AVALIAÇÃO INTERNA DA EDL

Serão utilizados métodos participativos de avaliação em que as instituições e comunidades locais, ao invés de meros inquiridos, desempenham papel ativo na definição das questões e na prossecução dos processos da avaliação, incrementando-se assim os índices de utilidade e uso efetivo dos resultados da avaliação em benefício dos próprios envolvidos e dos territórios. O processo será implementado e conduzido por peritos especializados e experientes de forma on-going através do recurso a instrumentos de avaliação especificamente desenhados para o efeito, já no âmbito dos métodos participativos (questionários, guiões de entrevista, guiões de dinamização de focus groups, entre outros). Este tipo de metodologia permite uma recolha sistematizada dos dados ao longo do tempo, bem como a identificação de recomendações passíveis de alimentarem atempadamente o projeto, resultando em medidas de inflexão promissoras uma vez que ponderadas e ancoradas em evidências.

De uma forma mais indireta e genérica contribuirá também para a avaliação em causa a estrutura acima referida de iniciativa conjunta dos GAL do Alentejo.

Pretende-se contratar para este processo, um serviço de avaliação externo de forma a garantir a integridade e isenção do mesmo, à semelhança do que foi feito no PRODER/Sub-Programa3. O(s) documento(s) de avaliação produzido(s) serão um instrumento valioso para aferir o progresso da implementação da EDL, eventuais desvios e criação de medidas corretivas e reajustamentos a esses desvios.

Pretende-se sobretudo perceber em que medida a implementação da EDL pelo GAL TD 2020, converge com a formulação de base, quais os seus níveis de eficácia, de eficiência, de inovação, o impacto junto de beneficiários e por eles percecionado, bem como a sustentabilidade da intervenção. Pretende-se com a avaliação extrair lições, práticas a evitar e práticas bem-sucedidas e recomendações de melhoria que possam ser ponderadas e adaptadas a novos contextos de intervenção.

É ainda de referir que o exercício de avaliação resultante do PRODER/SP3, serviu em muitos aspectos de referência/recurso na formulação desta nova estratégia quer através de problemáticas identificadas, quer através de indicadores de sucesso formalmente reconhecidos pelo conjunto alargado de atores envolvidos.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Anexo 2 Modelo de Governação Terras Dentro 2020.pdf	26/07/2015 14:55	164788514
Outros	Anexo 4 Presenças Validação da Candidatura e EDL do GAL Terras Dentro 2020.pdf	26/07/2015 14:55	164788514
Outros	Anexo 6 QUADRO RESUMO EDL MEL.pdf	29/09/2015 14:47	502605367
Protocolo de parceria	Anexo 1 Protocolo Parceria GAL TD 2020.pdf	26/07/2015 14:54	164788514
Outros	Anexo 3 Participação de Parceiros na preparação da EDL do GAL Terras Dentro 2020.pdf	26/07/2015 14:55	164788514
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-038.pdf	26/07/2015 15:15	164788514
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-098.pdf	29/09/2015 15:20	
Outros	Anexo 5 Acordo de Parceria dos GAL NUTII Alentejo.pdf	26/07/2015 14:56	164788514

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	TERRAS DENTRO, ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	NIF	502605367
Submetido por	JOAQUIM ARSENIO BATISTA AMADO	NIF	164788514
Data de Submissão	29-09-2015		